

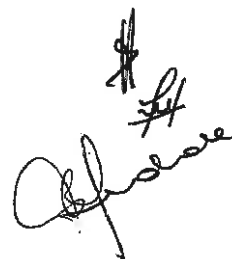
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro
2017

Alfonso
[Signature]

Exercício de 2017

Relatório de Gestão



Exmos. Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

É com natural satisfação que as apresentamos, todas as atividades programadas decorreram normalmente durante o exercício, correspondendo às espetativas dos nossos clientes e colaboradores, alcançando as metas programadas.

Quanto aos resultados financeiros, não foram os desejados, apesar de uma gestão rigorosa, apresenta um resultado negativo de €41.516,35, inferior a 2016 que foi de €150.643,06 devendo-se este resultado a um aumento dos custos com o pessoal em €43.000,00 e uma diminuição de receita próxima de €8.000,00, mas beneficiando do subsidio eventual concedido pelo ISSM de €142.223,02.

Considerando que a APCM beneficiou de um Subsidio Eventual do ISSM no valor de €142.223,02 conforme Acordo de Cooperação – Apoio Eventual nº42/2017 destinado ao equilíbrio financeiro desta Instituição. A sua utilização respeita integralmente o nº3 da clausula terceira do acordo que define como e onde deve ser utilizado, respeitando as diferentes alíneas.

Relativamente á clausula quarta “Obrigações da Instituição” julgamos cumprir ao apresentarmos todos os documentos que compõem a apresentação das contas do Exercício de 2017, com toda a disponibilidade para qualquer esclarecimento ou informação sobre o processo de funcionamento ou forma de utilização dos apoios concedidos.

Considerando o fim específico do donativo concedido pela Fundação Joseph Fernandes deliberou-se não o utilizar neste exercício.

Com a situação económica ainda desfavorável ao cumprimento dos nossos programas e objetivos, estamos conscientes que o respeito pelo orçamento de 2018 será difícil cumprir o que nos leva a uma vez mais solicitar a compreensão e colaboração de todos quantos acreditam no trabalho que a APCM vem desenvolvendo.

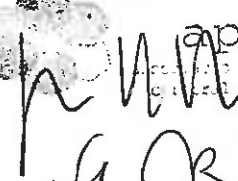
É preocupação constante desta Direção encontrar formas de financiamento para que a qualidade dos serviços prestados mantenha um nível elevado e elimine deficits futuros.

Terminamos, realçando e agradecendo a excelente colaboração de todos aqueles que se empenharam para o bom funcionamento da nossa Associação proporcionando um bom ambiente, melhor serviço e qualidade de vida aos nossos clientes.

Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção apresenta à deliberação dos associados a seguinte proposta de aplicação de resultados.

Que o resultado apurado no exercício de 2017 no montante de €41.516,35 negativos seja transferido para resultados transitados.

A Direção da APCM
apcm
Associação de Pais e
Crianças da Região de Aveiro



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pela Direção da APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2017.

Ao longo do exercício, acompanhamos regularmente a atividade da Associação, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos estatutos da Instituição.

A Direção e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, de uma forma sucinta, a evolução das atividades durante o exercício.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do período.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes do Anexo.

Foram cumpridas as formalidades legais quanto à prestação de contas e fiscalização da Instituição.

Face ao que antecede somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período findo a 31 de Dezembro de 2017;
- b) Aproveis a proposta da Direção sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Funchal, 13 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal,

Luana Maria Correia Aguiar de Sousa

Conteúdo

1. Caracterização da entidade	3
2. Referencial contabilístico.....	3
2.1. Enquadramento.....	3
3. Principais políticas contabilísticas	3
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	3
5. Ativos fixos tangíveis.....	4
5.1. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.....	4
5.2. Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período	5
5.3. Reconciliação da quantia escriturada.....	5
9. Rédito	5
9.1. Divulgar	5
9.2. Quadro	6
11. Subsídios do Governo	6
11.1. Divulgação.....	6
14. Capital próprio.....	6
14.3. Divulgações	6
14.2. Quadro1	6
15. Divulgações exigidas por diplomas legais	7
15.1. Divulgações	7
16. Outras Informações.....	7
16.1. Decomposição dos diferimentos.....	7
16.2. Decomposição das rubricas de Estado e outros Entes Públicos.....	7
16.3. Decomposição das rubricas de outras contas a receber	7
16.4. Decomposição das rubricas de outras contas a pagar	7
16.5. Decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos	8
16.6. Decomposição dos gastos com o pessoal	8
16.7. Decomposição de outros rendimentos e gastos.....	8
16.9. Decomposição da rubrica dos fundos patrimoniais	9
16.10. Decomposição das rubricas de caixa e depósitos bancários	9
17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
17.1. Balanço	10
17.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas	12
18. Declaração do órgão de gestão	13
18.1. Declaração.....	13

ANEXO

EXERCÍCIO DE 2017

1. Caracterização da entidade

- 1.1. **Designação:** Associação de Paralisia Cerebral da Madeira é uma ASSOCIACAO BENEF. HUMANITARIA com o NIF.511242824;
- 1.2. **Sede:** Caminho do Pico do Funcho, 58, freguesia de São Martinho, 9000-501 Funchal;
- 1.3. **Natureza da atividade:** APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira tem por objeto, a prevenção, habilitação, participação, inclusão social, e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras;
- 1.4. **CAE (Código e designação):** 87302 e 88102 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento;
- 1.5. ;

2. Referencial contabilístico

2.1. Enquadramento

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é o instituído pelo Decreto-Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março (sistema de normalização para entidades do sector não lucrativo);

2.2. Os valores constantes das demonstrações financeiras respeitantes ao exercício de 2017, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- a) As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o critério base, do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira.

- b) **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- c) **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao custo (entendido como a quantia nominal dos direitos contratuais envolvidos), sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias, Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela entidade. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento correspondente. De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

f) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis da entidade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade. As despesas com manutenção conservação e reparação são reconhecidas como gastos no exercício em que ocorrem de acordo com o regime de acréscimo.

As depreciações destes ativos, iniciam-se no exercício em que o respetivo bem entra em funcionamento e são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas fiscais definidas pela legislação, pois considera-se que representam satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Nos edifícios e outras construções a depreciação incide sobre o valor de aquisição incluindo impostos, despesas de escritura e registos deduzidos de 25 por cento, valor do terreno, que não é depreciable.

5.2. Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período

5.3. Reconciliação da quantia escriturada

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edif. Out. Construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
2016	Quantia bruta escriturada inicial		5.435.872,90	526.219,42	185.920,73	82.577,88	28.149,91			6.258.740,84
	Depreciações acumuladas iniciais		788.393,11	522.912,10	185.920,69	77.979,55	25.137,66			1.600.343,11
	Quantia líquida escriturada inicial		4.647.479,79	3.307,32	,04	4.598,33	3.012,25			4.658.397,73
	Adições no período		17.144,51			1.616,01				18.760,52
	Depreciações		116.936,82	1.163,33	,02	1.047,14	1.205,48			120.352,79
	Alienações / Abates									
	Quantia líquida escriturada final		4.547.687,48	2.143,99	,02	5.167,20	1.806,77			4.556.805,46
2017	Quantia bruta escriturada inicial		5.453.017,41	526.219,42	185.920,73	84.193,89	28.149,91			6.277.501,36
	Depreciações acumuladas iniciais		905.329,93	524.075,43	185.920,71	79.026,69	26.343,14			1.720.695,90
	Quantia líquida escriturada inicial		4.547.687,48	2.143,99	,02	5.167,20	1.806,77			4.556.805,46
	Adições no período			2.060,00						
	Depreciações		112.081,61	986,17		591,96	1.116,77			114.776,51
	Alienações / Abates									
	Quantia líquida escriturada final		4.435.605,87	3.217,82	,02	4.575,24	690,00			4.444.088,95

9. Rédito

9.1. Divulgar

a) O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

i) O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- (1) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- (2) É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- (3) Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

9.2. Quadro

Conta	Classificação	2017	2016
71	Vendas		
72	Prestações de serviços	250.188,26	236.567,38
7814	Royalties		
791	Juros obtidos	968,99	8.009,13
792	Dividendos obtidos		
	TOTAL	251.157,25	244.576,51

11. Subsídios do Governo

11.1. Divulgação

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à correspondente atribuição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um ativo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo, neste âmbito no exercício de 2017 foi registado o valor de -104458,2 em 2016 foi registado o valor de -104458,2.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas neste âmbito no exercício de 2017 foi registado o valor de -1044154,4 em 2016 foi registado o valor de -914814,16.

14. Capital próprio

14.3. Divulgações

14.3. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente.

14.2. Quadro1

	Descrição	Saldo inicial 2016	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2016	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2017
51	Capital/ Fundos							
52	Ações (quotas) próprias							
53	Outros instrumentos de capital próprio							
54	Prêmios de emissão							
55	Reservas	516.868,94			516.868,94			516.868,94
56	Outras reservas	-155.864,09			-155.864,09		150.643,06	-306.507,15
59	Outras variações no capital próprio	4.666.821,99		101.638,20	4.565.183,79	18.815,00	104.458,20	4.479.540,59

15. Divulgações exigidas por diplomas legais

15.1. Divulgações

Não aplicável

16. Outras informações

16.1. Decomposição dos diferimentos

Conta	Descrição	2017	2016
281	Gastos a reconhecer	3.485,76	5.715,79
282	Rendimentos a reconhecer	1.270,00	750,00
TOTAL		4.755,76	6.465,79

16.2. Decomposição das rubricas de Estado e outros Entes Públicos

Conta	Descrição	2017	2016
24111	IRC - Pagamento por Conta		
24112	IRC - Pagamento Especial por Conta		
2412	Retenções na fonte		
2417	IRC - Imposto a Recuperar		
2437	IVA - A Recuperar	0,29	686,10
2438	IVA - Reembolsos pedidos		
TOTAL ATIVO		0,29	686,10
2413			
2416	IRC - Imposto a Pagar		
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	(7.596,74)	(5.608,77)
2436	IVA - A pagar		
245	Contribuições para a Segurança Social	(37.587,59)	(37.451,29)
2487	Fundos de Compensação	(72,88)	(85,55)
TOTAL PASSIVO		(45.257,21)	(43.145,61)

16.3. Decomposição das rubricas de outras contas a receber

Conta	Classificação	2017	2016
23	Pessoal		
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos		
2788	Outros Devedores	4.444,19	4.063,12
TOTAL		4.444,19	4.063,12

16.4. Decomposição das rubricas de outras contas a pagar

Conta	Classificação	2017	2016
23	Pessoal	605,81	
271	Fornecedores de investimento		
2722	Credores por acréscimos de gastos	151.144,95	145.625,44
278	Outros credores	101.658,84	75.860,60
TOTAL		253.409,60	221.486,04

16.5. Decomposição dos gastos com fornecimentos e serviços externos

Conta	Classificação	2017	2016
621	Subcontratos		
622	Trabalhos especializados	36.890,32	48.561,39
623	Materiais	6.568,80	6.172,14
624	Energia e fluidos	67.620,45	69.211,60
625	Deslocações, estadas e transportes	1.428,98	269,33
626	Serviços diversos	56.833,15	65.819,26
620	Específico da atividade	66.415,19	55.640,46
TOTAL		235.756,89	245.674,18

16.6. Decomposição dos gastos com o pessoal

Conta	Classificação	2017	2016
631	Remunerações dos Órgãos sociais		
632	Remunerações do pessoal	904.461,83	869.522,82
633	Benefícios pós-emprego		
634	Indemnizações	3.584,61	708,10
635	Encargos sobre remunerações	180.094,91	178.028,60
636	Seg. acidentes trabalho e doenças profissionais	18.140,60	13.697,05
637	Gastos de ação social		
638	Outros gastos com pessoal	529,94	1.450,00
TOTAL		1.106.811,89	1.063.406,57

16.7. Decomposição de outros rendimentos e gastos

Conta	Classificação	2017	2016
681	Impostos		
683	Dívidas incobráveis		
688	Outros	(3.790,00)	(6.492,55)
691	Juros Suportados		
692	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
6988	Outros		(117,96)
TOTAL		(3.790,00)	(6.610,51)
781	Rendimentos suplementares		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos		31,46
786	Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
788	Outros	124.243,04	125.978,86
791	Juros obtidos	968,99	8.009,13
798	Outros	64,25	
TOTAL		125.276,28	134.019,45

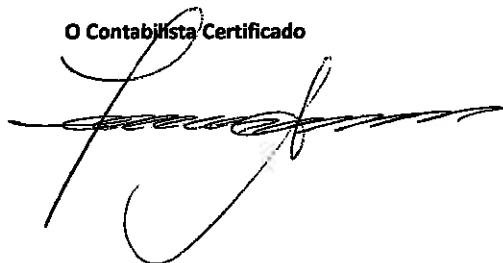
16.9. Decomposição da rubrica dos fundos patrimoniais

Conta	Classificação	2017	2016
51	Fundos		
55	Reservas	516.868,94	516.868,94
56	Resultados transitados	(306.507,15)	(155.864,09)
59	Outras variações	4.479.540,59	4.565.183,79
818	Resultado líquido do período	(41.516,35)	(150.643,06)
TOTAL		4.648.386,03	4.775.545,58

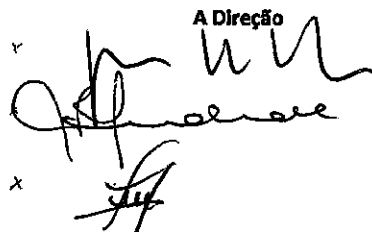
16.10. Decomposição das rubricas de caixa e depósitos bancários

Conta	Classificação	2017	2016
11	Caixa	2.020,55	7.417,47
12	Depósitos à ordem	177.055,54	57.483,27
13	Outros depósitos bancários	301.613,28	406.808,31
TOTAL		480.689,37	471.709,05

O Contabilista Certificado



A Direção



17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

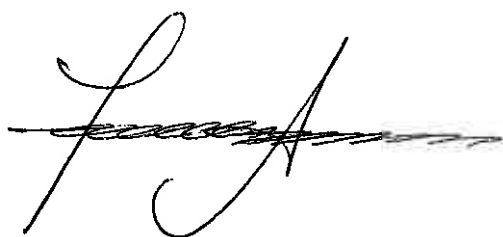
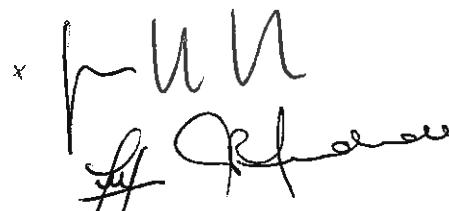
17.1. Balanço

Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO
Dezembro 2017

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		4.444.088,95	4.556.805,46
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.309,42	2.138,55
Acionistas/sócios			
		4.446.398,37	4.558.944,01
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes		1.663,17	2.808,16
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		,29	686,10
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber		5.714,19	4.813,12
Diferimentos		3.485,76	5.715,79
Outros ativos financeiros		25.603,33	25.603,33
Caixa e depósitos bancários		480.689,37	471.709,05
		515.886,11	510.585,55
Total do Ativo		4.963.554,48	5.070.279,56

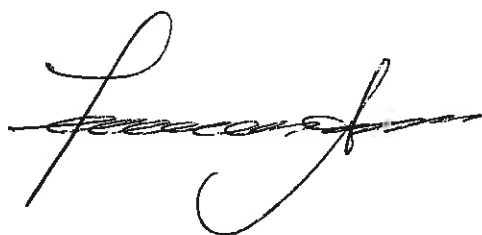
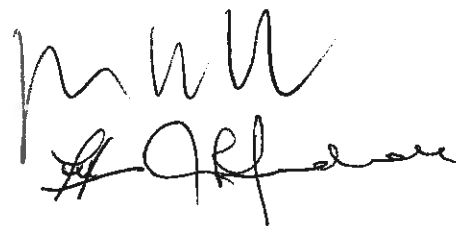
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

BALANÇO
Dezembro 2017

Montantes expressos em Euro

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO/FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio/fundos patrimoniais:			
Capital realizado/fundos		516.868,94	516.868,94
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		(306.507,15)	(155.864,09)
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio.		4.479.540,59	4.565.183,79
		4.689.902,38	4.926.188,64
Resultado líquido do período		(41.516,35)	(150.643,06)
Total do capital próprio/fundos patrimoniais		4.648.386,03	4.775.545,58
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores		16.426,64	30.102,33
Adiantamentos de clientes		75,00	
Estado e outros entes públicos		45.257,21	43.145,61
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar		253.409,60	221.486,04
Outros passivos financeiros			
		313.898,45	293.983,98
Total do passivo		313.898,45	293.983,98
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.963.554,48	5.070.279,56

17.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

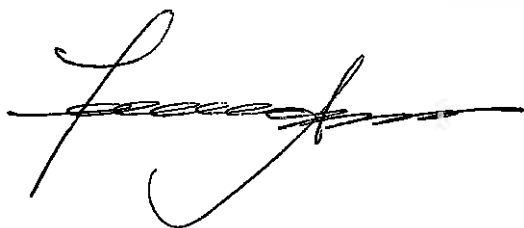
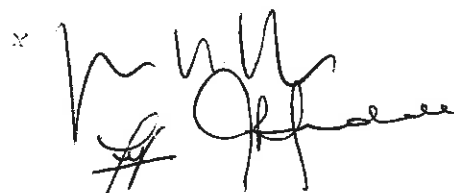
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		250.188,26	236.567,38
Subsídios à exploração		1.044.154,40	914.814,16
Variação nos inventários da produção.			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos.		(235.756,89)	(245.674,18)
Gastos com o pessoal		(1.106.811,89)	(1.063.406,57)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		125.276,28	134.019,45
Outros gastos e perdas		(3.790,00)	(6.610,51)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		73.260,16	(30.290,27)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.		(114.776,51)	(120.352,79)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(41.516,35)	(150.643,06)
Juros e rendimentos similares obtidos.			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(41.516,35)	(150.643,06)
Imposto sobre o rendimento do período.			
Resultado líquido do período		(41.516,35)	(150.643,06)

18. Declaração do órgão de gestão

18.1. Declaração

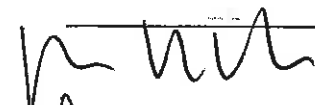
A direção de Associação de Paralisia Cerebral da Madeira reconhece que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros e irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e é nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos sócios e dos órgãos sociais e comissões.
- As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
- Estão registados todos os ativos de que a entidade é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados e do vosso conhecimento.
- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado e as que existem de forma devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
- Registámos e divulgamos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas nos terceiros.
- Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respetivos saldos e transações.
- Para além do que está divulgado não se verificam acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
- Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos e de passivos constantes das demonstrações financeiras.

- A entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e para-fiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros vencidos até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
- Não se verificam irregularidades envolvendo a direção, diretores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertas por seguros contratados por capitais suficientes.
- Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

A DIREÇÃO

x 
x 
x 

ACTA NÚMERO VENTE E CINCO

As vinte e sete de Abril de dois mil e dezoito, na sede da Associação de Paróquia Cerebral da Malveira, no Edifício "Quinta Pedagógica do Pico do Funchal", reunida a Assembleia Geral com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação do relatório e contas do exercício de 2017.
2. Análise do relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório e contas.
3. Aprovação das contas do Exercício de 2017.
4. Outros Assuntos.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral, verificando estarem cumpridas todas as formalidades legais e estatutárias, declarou aberta a sessão e dirigiu os seus cumprimentos aos associados presentes.

Passando à apreciação do relatório de contas do exercício de 2017 - ponto número um da ordem de trabalhos - foi lido o relatório de gestão e prestados os

encabimentos colectados.

Em seguida foi analisado o relatório e parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório e contas.

Após a apreciação e discussão dos relatórios de gestão e fiscal, foram as contas do Exercício de 2014 postas à votação. Estas contas foram aprovadas por unanimidade dos advogados presentes, tendo também sido aprovada por unanimidade transferir para resultados transitados o resultado apurado no exercício de 2014, no montante de €47.576,35 (quarenta e um mil quinhentos e dezasseis euros e trinta e cinco cêntimos).

Passando a "outros assuntos" a Presidente recordou que no dia 12 de Maio irá ter lugar a "Parecolhada" uma vez que a mesma tem que ser celebrada por questões meteorológicas.

Informou ainda que o jantar dos "Santos Populares" será realizado no dia 22 de junho próximo, sendo convenientemente fazer a divulgação.

deste evento, assim vez que, com o apor-
to do Hotel Porto Bay, é o evento que mais
receita deita na instituição.

Não havendo mais a tratar foi encerrada
a sessão e lavada a presente acta
depois de lida e achada conforme, foi
assinada pelos membros da mesa.

Em tempo: foi apresentado aos associados
presentes, o Relatório Anual de Sten-
dhal da instituição.

[Signature]

Susana G. *[Signature]*

Luís Miguel Fernandes da Costa Andrade

ACTA NÚMERO VINTE E SEIS

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro
de dois mil e dezasseis, pelas dezasseis
horas, no sede da Associação de Paróquia
Cerebral da Madeira, sita no Caminho do
Pico do Funchal n.º 58, 5.º Martinho - Funchal,
reunida, a Assembleia Geral desta Associação,
no seguimento da convocatória datada a
12 do corrente mês, com a seguinte
ordem de trabalhos:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Período	
	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	251.333	234.313
Pagamentos a fornecedores	(222.081)	(257.742)
Pagamentos ao pessoal	(1.106.812)	(1.063.407)
Caixa gerada pelas operações	(1.077.560)	(1.086.836)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos/ pagamentos	1.106.390	1.001.543
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	28.830	(85.293)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(19.850)	(20.250)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(19.850)	(20.250)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0	0
Dividendos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	0	0
Financiamentos obtidos	0	0
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	0	0
Varição de caixa e seus equivalentes	8.980	(105.543)
Caixa e seus equivalentes no início do período	471.709	577.252
Caixa e seus equivalentes no fim do período	480.690	471.709
Controlo	0	0

